

LÍNGUA PORTUGUESA

Considere o texto que se segue para resolver as questões de 1 a 10.

Uma educação que nos torna mediocres

Lya Luft (Revista Veja) com adaptações

"Queremos, aceitamos, pão e circo, a Copa, a Olimpíada, a balada, o joguinho, o desconto, o prazo maior para nossas dívidas, o não saber de nada sério: a gente não quer se incomodar. Ou pior: nós temos a sensação de que não adianta mesmo"

Leio com tristeza sobre o quanto países como Coréia do Sul e outros estimulam o ensino básico, conseguem excelência em professores e escolas, ótimas universidades, num crescimento real, aquele no qual tudo se fundamenta: a educação, a informação, a formação de cada um.

Comparados a isso, parecemos treinar para ser mediocres. Como indivíduos, habitantes deste Brasil, estamos conscientes disso, e queremos — ou vivemos sem saber de quase nada? Não vale, para um povo, a desculpa do menino levado que tem a resposta pronta: "Eu não sabia", "Não foi por querer".

Pois, mesmo com a educação — isto é a informação — tão fraquinha e atrasada, temos a imprensa para nos informar. A televisão não traz só telenovelas ou programas de auditório: documentários, reportagens, notícias, nos tornam mais gente: jornais não têm só coluna policial ou fofocas sobre celebridades, mas nos deixam a par e nos integram no que se passa no mundo, no país, na cidade.

Alienação é falta grave: omissão traz burrice, futilidade é um mal. Por omissos votamos errado ou nem votamos, por desinformados não conhecemos os nossos direitos, por fúteis não queremos lucidez, não sabemos da qualidade na escola do filho, da saúde de todo mundo, da segurança em nossas ruas.

O real crescimento do país e o bem da população passam ao largo de nossos interesses. Certa vez escrevi um artigo que deu título a um livro: "Pensar é transgredir". Inevitavelmente me perguntam: "Transgredir o quê?". Transgredir a ordem da mediocridade, o deixa pra lá, o nem quero saber nem me conte, que nos dá a ilusão de sermos livres e leves como na beira do mar, pensamento flutuando, isso é que é vida. Será? Penso que não, porque todos, todos sem exceção, somos prejudicados pelo nosso próprio desinteresse.

Nosso país tem tamanhos problemas que não dá para fingir que está tudo bem, que somos os tais, que somos modelo para os bobos europeus e americanos, que aqui está tudo funcionando bem, e que até crescemos. Na realidade, estamos parados, continuamos burros, doentes, desamparados, ou muito menos burros e doentes e desamparados do que poderíamos estar. Já estivemos em situação pior? Claro que sim.

Já tivemos escravidão, a mortalidade infantil era assustadora, os pobres sem assistência, nas ruas reinava a imundície, não havia atendimento algum aos necessitados (hoje há menos do que deveria, mas existe). Então, de certa forma, muita coisa melhorou. Mas poderíamos estar melhores, só que não parecemos interessados.

Queremos, aceitamos, pão e circo, a Copa, a Olimpíada, a balada, o joguinho, o desconto, o prazo maior para nossas dívidas, o não saber de nada sério: a gente não quer se incomodar. Ou pior: nós temos a sensação de que não adianta mesmo. Mas na verdade temos medo de sair às ruas, nossas casas e edifícios têm porteiro, guarda, alarmes e medo.

Nossas escolas são fraquíssimas, as universidades péssimas, e o propósito parece ser o de que isso ainda piore. Pois, em lugar de estimularmos os professores e melhorarmos imensamente a qualidade de ensino de nossas crianças, baixamos o nível das universidades, forçando por vários recursos a entrada dos mais despreparados, que naturalmente vão sofrer ao cair na realidade. Mas a esses mais sem base, porque fizeram uma escola péssima ou ruim, dizem que terão tutores no curso superior para poder se equilibrar e participar com todos.

Porque nós não lhes demos condições positivas de fazer uma boa escola, para que pudessem chegar ao ensino superior pela própria capacidade, queremos band-aids ineficientes para fingir que está tudo bem. Não se deve baixar o nível em coisa alguma, mas elevar o nível em tudo.

Todos, de qualquer origem, cor, nível cultural e econômico ou ambiente familiar, têm direito à excelência que não lhes oferecemos, num dos maiores enganos da nossa história.

Não precisamos viver sob o melancólico império da mediocridade que parece fácil e inocente, mas trava nossas capacidades, abafa nossa lucidez, e nos deixa tão agradavelmente distraídos.

Fonte: <http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/politica-cia/lya-luft-mediocres-distraidos-ok/Acesso em 23/09/2013>.

QUESTÃO 01

Assinale a opção que melhor resume a ideia perpassada pelo título “Uma educação que nos torna mediócras”:

- (a) “Não se deve baixar o nível em coisa alguma, mas elevar o nível em tudo”.
- (b) “Jornais não têm só coluna policial ou fofocas sobre celebridades, mas nos deixam a par e nos integram no que se passa no mundo, no país, na cidade”.
- (c) “Como indivíduos, habitantes deste Brasil, estamos conscientes disso (...)”.
- (d) “Ótimas universidades, num crescimento real, aquele no qual tudo se fundamenta: a educação, a informação, a formação de cada um”.
- (e) “Nossas escolas são fraquíssimas, as universidades péssimas, e o propósito parece ser o de que isso ainda piore”.

QUESTÃO 02

Da leitura do texto, pode-se dizer que a autora:

- (a) Defende políticas de atenção especial para os alunos da educação básica, nas universidades.
- (b) Critica medidas paliativas que pouco alteram a realidade educacional brasileira.
- (c) Discute políticas educacionais e culturais no contexto brasileiro, dando soluções.
- (d) Demonstra sua visão otimista da realidade educacional brasileira.
- (e) Julga, de forma positiva, as ações para a copa, considerando-a como um grande incentivo à cultura, ao esporte e à educação.

QUESTÃO 03

A partir da leitura e considerando as pistas textuais, pode-se inferir que os “sem base”, na visão da autora, são:

- (a) Alunos da educação básica, oriundos de escolas privadas e que pouco têm acesso a um ensino de qualidade.
- (b) Alunos considerados recém-ingressos nas universidades, por meio de ações afirmativas, dentre essas, a criação de cotas e programas governamentais de acesso ao ensino superior.
- (c) Alunos apenas do ensino fundamental que estão no momento de transição para ensino médio.
- (d) Alunos de educação técnica, que por não terem disciplinas do currículo mínimo, apresentam dificuldades a respeito de alguns conteúdos.

- (e) Alunos tanto do ensino médio de escolas privadas, quanto alunos de ensino técnico integrado, que apresentam lacunas em suas formações iniciais.

QUESTÃO 04

Com base nas ideias do texto, marque a opção CORRETA.

- (a) De acordo com a autora, o Brasil tem investido na educação, porém em escalas maiores que outros países como, por exemplo, a Coreia do Sul.
- (b) Para a autora, a imprensa pode nos oferecer informações preciosas, já que não trata apenas de temas fúteis ou prófugos. Isso comprova que a educação também pode ser mediada por programas, documentários advindos das mídias de massa.
- (c) Luft mostra que a educação brasileira não precisa de reformulações em sua estrutura pedagógica.
- (d) Conforme a autora, devemos ficar presos “sob o melancólico império da mediocridade que parece fácil e inocente”, o que implica dizer que devemos lutar por condições melhores não somente para nós, mas para o país.
- (e) Na opinião da autora todos se importam com o crescimento do país.

QUESTÃO 05

Analise as afirmativas abaixo quanto à coesão textual, considerando as marcações feitas nos fragmentos. A seguir assinale a alternativa que contém as afirmações CORRETAS.

I - No fragmento “Comparados a isso, parecemos treinar para ser mediócras” (2º §), há um termo anafórico representado por um pronome demonstrativo.

II – Em “Pois, mesmo com a educação — isto é a informação — tão fraquinha e atrasada”, temos a imprensa para nos informar “(3º§), temos coesão lexical por sinônimos.

III – Em “O real crescimento do país e o bem da população passam ao largo de nossos interesses” (5º§), temos sujeito elíptico.

IV – Em “Penso que não, porque todos, todos sem exceção, somos prejudicados pelo nosso próprio desinteresse” (5º§), temos uma conjunção explicativa.

- (a) Apenas I e II.
- (b) Apenas I e IV.
- (c) Apenas III e IV.
- (d) Apenas I, II e IV.
- (e) Apenas II e IV.

QUESTÃO 06

Leia o excerto abaixo e a seguir assinale a alternativa CORRETA:

“Já tivemos escravidão, a mortalidade infantil era assustadora, os pobres sem assistência, nas ruas reinava a imundície, não havia atendimento algum aos necessitados (hoje há menos do que deveria, mas existe)”.

- (a) O uso do verbo em destaque permite a compreensão de um fato absolutamente certo de ter ocorrido.
- (b) Os termos em destaque, respectivamente, são: substantivo, adjetivo, substantivo feminino, substantivo, verbo e advérbio de tempo.
- (c) Os termos **hoje** e **assustadora** são advérbios de modo.
- (d) O verbo em destaque permite a compreensão de um fato provavelmente ocorrido.
- (e) Os termos **infantil** e **assustadora**, respectivamente, são: adjetivo qualificador e um advérbio de modo.

QUESTÃO 07

O texto de Lia Luft é um artigo de opinião, pois é caracterizado por:

- (a) Linguagem objetiva, com comprovação de alguns fatos.
- (b) Linguagem direta, fatos controversos, marcados, discursivamente, por conjunções adversativas.
- (c) Linguagem objetiva, clareza na exposição das ideias, com argumentação para analisar, avaliar e responder a uma questão controversa.
- (d) Linguagem subjetiva e sujeito enunciativo poético.
- (e) Linguagem direta, sem circularidades e subjetividade, com a qual se busca convencer o outro sobre determinada ideia, influenciando-o e transformando seus valores por meio da argumentação a favor de uma posição e de refutação de possíveis opiniões divergentes.

QUESTÃO 08

Considerando a organização discursiva dos gêneros textuais, pode-se afirmar que em artigos de opinião há o predomínio de:

- (a) Ordenação tipológica predominantemente narrativa, explicativa e argumentativa
- (b) Ordenação tipológica predominantemente descritivo-injuntiva.

- (c) Ordenação tipológica predominantemente expositiva e argumentativa.
- (d) Ordenação tipológica de versificação.
- (e) Ordenação tipológica predominantemente injuntiva.

QUESTÃO 09

No fragmento “Queremos, aceitamos, pão e circo, a Copa, a Olimpíada, a balada, o joguinho, o desconto, o prazo maior para nossas dívidas, o não saber de nada sério: a gente não quer se incomodar” (...). A terminação dos verbos “sabemos”, “aceitamos” e “temos”, evidencia que:

- (a) Não há concordância verbal.
- (b) O sujeito do discurso participa parcialmente das ações verbais.
- (c) Há inclusão do sujeito discursivo nas ações apresentadas.
- (d) Trata-se de um caso de sujeito composto.
- (e) Há respectivamente, sujeito composto e sujeito oculto.

QUESTÃO 10

Considere o trecho seguinte:

“Alienação é falta grave: omissão traz burrice, futilidade é um mal. Por omissos votamos errado ou nem votamos, por desinformados não conhecemos os nossos direitos (...)”.

Sobre o termo em destaque pode-se afirmar corretamente que é:

- (a) Um termo anafórico.
- (b) Um Aposto explicativo, pois está especificando o sujeito da sentença, através de uma explicação.
- (c) Uma Locução verbal.
- (d) Um Predicativo do sujeito.
- (e) Um Complemento adverbial.

LEGISLAÇÃO E FUNDAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

QUESTÃO 11

Conforme o artigo 41 da Constituição Federal, o estágio probatório corresponde ao período em que o servidor, nomeado em caráter efetivo, ficará em observação e durante o qual será avaliado o seu desempenho para a confirmação no cargo.

Assinale a alternativa que corresponde ao período de estágio probatório do servidor:

- (a) 08 (oito) meses.
- (b) 12 (doze) meses.
- (c) 04 (quatro) anos.
- (d) 03 (três) anos.
- (e) 01 (um) ano.

QUESTÃO 12

O artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil preconiza que a administração pública direta e indireta de quaisquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, obedecerá a cinco princípios básicos.

Conforme a disposição constitucional do art. 37, assinale a alternativa que contém tais princípios:

- (a) Legalidade, pessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (b) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (c) Legalidade, morosidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (d) Legalidade, impessoalidade, infinidade, publicidade e eficiência.
- (e) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e potencialidade.

QUESTÃO 13

Sobre os princípios administrativos expressos da administração pública, analise as seguintes proposições e, em seguida assinale a alternativa correta:

I - O princípio da eficiência menciona que a administração pública, em toda a sua atividade, preza pelos mandamentos da lei, deles não podendo afastar-se, sob pena de invalidade do ato e responsabilidade de seu autor.

II - O princípio da pessoalidade identifica que a atividade administrativa deve ser destinada a todos os administrados, dirigida a poucos cidadãos, com determinação de um grupo de pessoas elegidas.

III - O princípio da publicidade torna obrigatória a divulgação de atos, contratos e outros instrumentos celebrados pela Administração Pública direta e indireta, para conhecimento, controle e início de seus efeitos.

- (a) Apenas as alternativas I e II estão corretas.

- (b) Apenas as alternativas I e III estão corretas.
- (c) Apenas a alternativa III está correta.
- (d) Apenas a alternativa I está correta.
- (e) Apenas as alternativas II e III estão corretas.

QUESTÃO 14

No que concerne à Administração pública em sentido objetivo, analise as seguintes proposições:

I - A administração pública, em sentido objetivo, apresenta a finalidade de satisfação direta e imediata dos fins do estado.

II - A administração pública, em sentido objetivo, identifica que o seu regime jurídico é de direito público.

III - A administração pública, em sentido objetivo, é uma atividade concreta, no sentido de que põe em execução a vontade do Estado contida na lei.

Sobre tais proposições acima é CORRETO afirmar que:

- (a) Apenas a alternativa I está correta.
- (b) Apenas a alternativa III está correta.
- (c) Apenas as alternativas II e III estão corretas.
- (d) Apenas as alternativas I e III estão corretas.
- (e) As alternativas I, II, e III estão corretas.

QUESTÃO 15

Há um princípio na Administração Pública que afirma que ela está obrigada a policiar, em relação ao mérito e à legalidade, os atos administrativos que pratica. Cabe-lhe, assim, retirar do ordenamento jurídico os atos inconvenientes e inoportunos e os ilegítimos.

Assinale a alternativa que contém a identificação do princípio mencionado:

- (a) Princípio da indisponibilidade.
- (b) Princípio da autotutela.
- (c) Princípio da continuidade.
- (d) Princípio da naturalidade.
- (e) Princípio da publicidade.

QUESTÃO 16

A respeito do controle da administração pública, analise as seguintes proposições e assinale a alternativa correta:

I - O Controle sobre as entidades da Administração Indireta, também chamado de

tutela, é um controle externo que só pode, na sua totalidade, ser exercido fora dos limites estabelecidos em lei.

II - O controle administrativo representa o poder de fiscalização e correção que a Administração Pública (em sentido amplo) exerce sobre sua própria atuação, no que diz respeito aos aspectos de legalidade e mérito, por iniciativa própria ou mediante provocação.

III - O Ministério Público, em decorrência das funções que lhe foram atribuídas pelo artigo 129 da constituição, desempenha um importante papel no controle da administração pública.

- (a) Apenas a alternativa II está correta.
- (b) Apenas a alternativa I está correta.
- (c) Apenas as alternativas II e III estão corretas.
- (d) Apenas a alternativa III está correta.
- (e) As alternativas I, II, e III estão corretas.

QUESTÃO 17

Assinale a alternativa INCORRETA sobre os princípios da licitação.

- (a) No princípio da legalidade é impedido o comportamento que não esteja em conformidade com o ordenamento jurídico (constituição, lei, regulamento).
- (b) O princípio da moralidade exige que o agente público tenha uma conduta ética marcada por comportamentos legais e honestos no exercício da atividade administrativa e, por conseguinte, na condução de qualquer licitação.
- (c) Pelo princípio da publicidade, obriga-se à publicação dos principais atos do procedimento da licitação, a exemplo do julgamento e do edital.
- (d) O princípio da impessoalidade torna obrigatória a discriminação entre os participantes da licitação.
- (e) Pelo princípio da probidade administrativa, impede-se a prática de atos ou a seleção de propostas atentatórias da probidade administrativa, ou seja, que não traduzam a melhor satisfação para a Administração Pública.

QUESTÃO 18

Conforme o que dispõe a Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato, dá à Administração a prerrogativa de aplicar sanções de natureza administrativa, sujeitando o contratado, entre outras, à penalidade de:

I - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a

Administração, por prazo não superior a dois anos.

II - Declaração de idoneidade para participar de licitação ou contratar com a Administração, vedada a reabilitação.

III - Advertência

Assim, analisando as assertivas acima, identifique a alternativa CORRETA:

- (a) Apenas as alternativas I e III estão corretas.
- (b) Apenas as alternativas I e II estão corretas.
- (c) Apenas as alternativas II e III estão corretas.
- (d) Apenas a alternativa III está correta.
- (e) As alternativas I, II, e III estão corretas.

QUESTÃO 19

Considerando os aspectos do contrato administrativo empregados na Lei nº 8.666/93, podem ser apontadas as seguintes características:

- I - Presença de cláusula exorbitante.**
- II - Presença da Administração Pública como Poder Público.**
- III - Obediência à forma prescrita em lei.**
- IV - Finalidade Pública.**

Após analisar as proposições acima, assinale a alternativa CORRETA.

- (a) Apenas as alternativas I, II e III estão corretas.
- (b) Apenas as alternativas I e II estão corretas.
- (c) Apenas as alternativas I, II e IV estão corretas.
- (d) Apenas as alternativas III e IV estão corretas.
- (e) As alternativas I, II, III e IV estão corretas.

QUESTÃO 20

A respeito do regime jurídico dos servidores públicos federais, assinale a alternativa INCORRETA.

- (a) Segundo a Lei de Servidores Públicos, a investidura em cargo público ocorrerá com a posse.
- (b) A vacância do cargo público não decorrerá de aposentadoria.
- (c) A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial.
- (d) Nomeação e promoção são formas de provimento de cargo público.
- (e) A vacância do cargo público decorrerá de exoneração ou promoção.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

QUESTÃO 21

A sigla USB significa:

- (a) Unity System Bus.
- (b) Unity System Bios.
- (c) Universal Serial Bus.
- (d) Universal Basic Slot;
- (e) Universal System Bios.

QUESTÃO 22

Assinale a alternativa que contém apenas extensões do Microsoft Word 2007:

- (a) xlsx, docx, rtf
- (b) doc, docx, rtf
- (c) doc, xls, rtf
- (d) docx, xlsx
- (e) xls, xlsx

QUESTÃO 23

No MS Word, o atalho ALT+CTRL+Y:

- (a) Aplica modo itálico.
- (b) Diminui o tamanho da fonte.
- (c) Verifica a ortografia e gramática.
- (d) Vai para o início da página seguinte.
- (e) Refaz última alteração desfeita pelo atalho CTRL+Z.

QUESTÃO 24

Qual fórmula será apresentada se forem processados os seguintes passos: Inserção da fórmula =A\$1+\$B1+\$C\$1 na célula E3, cópia da célula E3 e colagem na célula F6?

- (a) =B\$1+\$B4+\$C\$1
- (b) =B\$4+\$C4+\$D\$4
- (c) =B\$6+\$B4+\$C\$6
- (d) =B\$1+\$C4+\$D\$6
- (e) =B\$6+\$B4+\$C\$1

QUESTÃO 25

No MS Excel, qual o comando que retorna a data e hora atuais?

- (a) =datahora
- (b) =data

- (c) =hora
- (d) =ano
- (e) =agora

QUESTÃO 26

Assinale a alternativa que corresponde à ação executada nos navegadores Internet Explorer e Firefox, ao pressionar, simultaneamente, as teclas "CTRL" e "+":

- (a) Salva a página.
- (b) Abre uma nova aba.
- (c) Abre uma nova página.
- (d) Aumenta a visualização da página.
- (e) Inclui o atual endereço nos favoritos.

QUESTÃO 27

Para agilizar a criação de documentos personalizados no MS Word, utilizando-se os dados de 500 funcionários, disponibilizados em uma planilha Excel, devemos fazer uso de:

- (a) CTRL+C.
- (b) Mala direta.
- (c) Quebra de seção.
- (d) Quebra de página.
- (e) Importação de tabelas.

QUESTÃO 28

No Windows Explorer, ao se tentar renomear um arquivo de extensão .doc que está aberto no MS Word:

- (a) O Windows o renomeia normalmente e mantém salvo com o nome original o arquivo que está aberto.
- (b) O Windows o renomeia normalmente e o arquivo aberto automaticamente muda de nome.
- (c) O Windows o renomeia normalmente e envia o arquivo original para a lixeira.
- (d) O Windows não o renomeia e não exibe mensagem alguma.
- (e) O Windows exibe uma mensagem informando que não é possível renomear o arquivo, pois o mesmo está sendo usado.

QUESTÃO 29

Para imprimir as páginas 2, 3, 6, 7 e 8 de um documento no Windows, dentre as opções abaixo, qual a forma correta de se informar a sequência a ser impressa?

- (a) 2-3, 6-8

- (b) 2 a 3; 6 a 8
- (c) 2 3 6 7 8
- (d) 2:3 ; 6:8
- (e) 2,3 6:8

QUESTÃO 30

Ao religar um computador que foi abruptamente desligado em função de uma queda de energia:

- (a) É possível recuperar o conteúdo da memória RAM, que estava sendo usado no momento da queda de energia.
- (b) É possível recuperar o conteúdo da memória RAM, que estava sendo usado 05 minutos antes da queda de energia.
- (c) Não é possível recuperar o conteúdo que estava presente na memória RAM antes da queda de energia.
- (d) É possível recuperar o conteúdo da memória RAM, que estava sendo usado 10 minutos antes da queda de energia.
- (e) É possível recuperar o conteúdo da memória RAM que estava sendo usado no momento da queda de energia, desde que o computador seja religado em até duas horas após a queda de energia.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 31

Sobre os princípios da Administração Pública, descritos no Artigo 37 da Constituição Federal, analise as situações seguintes e assinale a alternativa correspondente a cada princípio.

I- Os atos administrativos na esfera pública devem ser amplamente divulgados e de acesso livre, salvo aqueles de caráter reservado e devidamente regulamentados.

II- O gestor público deve agir estritamente como previsto em Lei.

III- Não basta que o gestor público aja conforme a Lei é preciso atingir o melhor resultado possível, deve-se fazer mais com menos.

- (a) I- Legalidade, II- Lisura e III- Eficácia.
- (b) I- Publicidade, II- Legalidade e III- Eficiência.
- (c) I- Publicidade, II- Legitimidade e III- Atendimento ao interesse público.
- (d) I- Impessoalidade, II- Legitimidade e III- Eficiência.
- (e) I- Publicidade, II- Presunção de Legitimidade e III- Eficácia.

Considere o texto abaixo para as QUESTÕES 32 e 33

Frederico Lustosa da Costa (2008) descreve que “o Estado, como o nome indica, é estável e permanente. O Governo é flexível e, nos estados democráticos, transitório. É o principal centro de poder decisório do Estado e, como tal, dirige a Administração Pública (...). A História do Estado deve contemplar, na longa duração, o aparato institucional – político, normativo e operacional – e suas representações coletivas e compreendê-lo em suas relações com a sociedade”.

PREFÁCIO A UMA HISTÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA. Trabalho apresentado no XXXII Encontro da ANPAD.

QUESTÃO 32

Considerando a temática do texto acima, relacione a primeira coluna com as informações da segunda e, em seguida, assinale a alternativa correta:

- () 1808 a 1840
- () 1840 a 1889
- () 1889 a 1930
- () 1930 a 1945
- () 1945 a 1964
- () 1964 a 1989
- () 1990 a 2002

- 1- O Estado e a modernização autoritária.
- 2- O Estado nacional-desenvolvimentista.
- 3- A construção do Estado nacional.
- 4- A “burocratização” do Estado nacional.
- 5- O Estado na Era do gerencialismo.
- 6- O Estado na primeira República.
- 7- O Estado monárquico “representativo”.

- (a) 3, 7, 6, 4, 2, 1 e 5
- (b) 7, 3, 2, 5, 6, 1 e 4
- (c) 3, 7, 2, 1, 6, 4 e 5
- (d) 6, 3, 7, 4, 1, 2 e 5
- (e) 6, 3, 7, 2, 4, 5 e 1

QUESTÃO 33

Assinale a alternativa que NÃO ALUDE ao conceito de Administração Pública.

- (a) É o aparato administrativo que dá consequência às decisões do governo.
- (b) É o repertório de atividades governamentais destinadas à realização do interesse público ou bem comum de uma coletividade
- (c) É a representação daqueles que detém o poder em um dado período.

(d) É o conjunto de organismos que administra o domínio público.

(e) É a instituição que implementa as políticas públicas

QUESTÃO 34

Quanto à moralidade administrativa, assinale a alternativa INCORRETA.

(a) A moralidade administrativa é o conjunto de regras de conduta tiradas da disciplina interior da Administração.

(b) O exercício da moralidade implica saber distinguir não só o bem e o mal, o legal e o ilegal, o justo e o injusto o conveniente e o inconveniente, mas também o honesto e o desonesto.

(c) A Lei nº 9.784/99 exige “atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé”, fazendo clara menção aos principais aspectos da moralidade administrativa.

(d) A moralidade administrativa é uma atitude que se exterioriza como mero elemento da ciência jurídica.

(e) O princípio da moralidade administrativa deve ser observado não apenas pelo administrador, mas pelo particular que se relaciona com a Administração Pública.

QUESTÃO 35

Identifique a alternativa que NÃO constitui ato de improbidade administrativa:

(a) Enriquecimento ilícito.

(b) Inassiduidade habitual, sem que seja caracterizada a ocorrência de dolo ou má-fé do servidor.

(c) Atentar contra os princípios da administração.

(d) Prejuízo ao erário.

(e) Assédio Moral realizado pelo servidor, ocupante de cargo de direção, ao subordinado.

QUESTÃO 36

Sobre a Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa, assinale a alternativa CORRETA.

(a) O Ministério Público, Pessoa Física ou Pessoa Jurídica interessada, são partes legitimadas para propor a ação principal.

(b) A Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa é regulada pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

(c) Independente do caso da improbidade administrativa, ao responsável, em caso de condenação, deverá ser imputado o ressarcimento

integral do dano e a suspensão dos direitos políticos de 3 a 10 anos.

(d) Na ação civil pública, comumente se permite que se postule, em nome próprio, direito de outrem e, dessa forma, a ação é proposta por quem não é o titular do direito material.

(e) Todas as respostas anteriores estão incorretas.

As questões de número 37 a 42 referem-se à Lei nº 8.112, de 11 de novembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídicos dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

QUESTÃO 37

As alternativas abaixo se referem aos requisitos básicos para a investidura em cargo público de servidor do sexo masculino. Assinale a alternativa que NÃO corresponde a tais requisitos:

(a) Aptidão física e mental.

(b) A quitação com as obrigações eleitorais, em todos os casos.

(c) A quitação com as obrigações militares, em todos os casos.

(d) O gozo dos direitos políticos, em todos os casos.

(e) A nacionalidade brasileira, em todos os casos.

QUESTÃO 38

Quanto à nomeação, assinale a alternativa CORRETA:

(a) A nomeação far-se-á em caráter provisório, até que o servidor seja aprovado no estágio probatório, depois de três anos de efetivo exercício.

(b) A nomeação far-se-á em comissão, para cargos de confiança, de livre exoneração.

(c) A nomeação far-se-á em caráter efetivo, quando se tratar de cargo isolado de provimento efetivo ou de carreira.

(d) A nomeação para cargo de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de prova de títulos, obedecidas a ordem de classificação e o prazo de sua validade.

(e) Todas as alternativas anteriores estão erradas

QUESTÃO 39

Quanto ao Provimento dos cargos públicos, identifique dentre as alternativas aquela que descreve, respectivamente, a READAPTAÇÃO (1) e a REVERSÃO (2):

(a) 1- é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica; 2- é o retorno à atividade de servidor aposentado.

(b) 1- é o retorno à atividade de servidor aposentado; 2- é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.

(c) 1- é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica; 2- é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens

(d) 1- é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado; 2- é o retorno à atividade de servidor aposentado.

(e) 1- é o retorno à atividade de servidor aposentado; 2- é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

QUESTÃO 40

Quanto ao Provimento dos cargos públicos, descrevem a REINTEGRAÇÃO (1) e a RECONDUÇÃO (2), respectivamente:

(a) 1- é o retorno à atividade de servidor aposentado; 2- é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

(b) 1- é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado; 2- é o retorno à atividade de servidor aposentado.

(c) 1- é o retorno à atividade de servidor aposentado; 2- é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.

(d) 1- é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens; 2- é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado.

(e) 2- é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado. 1- é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens;

QUESTÃO 41

Quanto à atualização cadastral de servidores, assinale a alternativa CORRETA:

(a) A atualização é obrigatória, pois ao servidor é proibido recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado, conforme disposto na Lei nº 8.112/90.

(b) A atualização é obrigatória, pois conforme o disposto no Art. 116 da Lei nº 8.112/90, é dever do servidor, cumprir quaisquer ordens superiores.

(c) A atualização é facultada, pois os dados cadastrais somente são obrigatórios no momento da investidura no cargo.

(d) A atualização é facultada, pois não há previsão legal para o exercício de tal atividade e nenhum cidadão é obrigado a fazer algo senão em virtude da Lei.

(e) Nenhuma das respostas anteriores é verdadeira.

QUESTÃO 42

A lei nº 8112/90 descreve proibições aos servidores públicos. Quanto a esta temática, assinale a única alternativa correta:

(a) É, terminantemente, proibido ao servidor, ausentar-se do serviço durante o expediente.

(b) É proibido ao servidor a participação nos conselhos de administração e fiscal de empresas ou entidades em que a União detenha, direta ou indiretamente, participação no capital social ou em sociedade cooperativa constituída para prestar serviços a seus membros.

(c) É proibido ao servidor imputar a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias;

(d) É proibido ao servidor exercer comércio na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.

(e) É proibido ao servidor atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, para tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes de até segundo grau, cônjuge ou companheiro(a).

As questões de número 43 a 47 deverão ser respondidas estritamente com base na Lei nº 9.784,

de 29/01/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

QUESTÃO 43

Assinale a única alternativa CORRETA quanto ao processo administrativo:

- (a) A edição de atos de caráter normativo podem ser objeto de delegação.
- (b) Em todos os processos administrativos deverá haver divulgação oficial de todos os atos.
- (c) É expressamente proibida a cobrança de despesas processuais.
- (d) Via de regra, deverá ser exigido reconhecimento de firma nos atos do processo administrativo.
- (e) É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que esteja litigando judicial ou administrativamente com a companheira do interessado.

QUESTÃO 44

Assinale a alternativa que descreve corretamente as assertivas que retratam situações nas quais, quando interposto, o recurso administrativo não será conhecido.

- I- Por meio de procuração;
- II- Fora do prazo.
- III- Após exaurida a esfera administrativa.

- (a) Todas estão corretas.
- (b) Todas estão erradas.
- (c) Somente I está correta.
- (d) Somente III está correta.
- (e) Somente II e III estão corretas.

QUESTÃO 45

São legitimados como interessados no processo administrativo, EXCETO:

- (a) pessoas físicas ou jurídicas que o iniciem como titulares de direitos ou interesses individuais ou no exercício do direito de representação.
- (b) pessoas físicas ou jurídicas que, devidamente credenciadas, tenham interesse em fazer vistas aos autos.
- (c) aqueles que, sem terem iniciado o processo, têm direitos ou interesses que possam ser afetados pela decisão a ser adotada.
- (d) as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos.
- (e) as pessoas ou as associações legalmente constituídas quanto a direitos ou interesses difusos.

QUESTÃO 46

Quanto à competência dos processos administrativos, assinale a alternativa CORRETA.

- (a) A competência é irrenunciável, entretanto, algumas atividades exclusivas do órgão ou autoridade podem ser delegadas, em virtude de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.
- (b) O ato de delegação e sua revogação deverão ser publicados em jornal de grande circulação local.
- (c) Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de maior grau hierárquico para decisão.
- (d) A edição de atos de caráter normativo não pode ser objeto de delegação.
- (e) Nenhuma das respostas anteriores está correta.

QUESTÃO 47

O Art. 26 da Lei nº 9.784/99 estipula que “o órgão competente perante o qual tramita o processo administrativo determinará a intimação do interessado para ciência de decisão ou a efetivação de diligências”. Sobre esse assunto, estão relacionadas abaixo informações que deverão estar contidas na intimação. Identifique a alternativa que NÃO corresponde a informações necessárias para este documento:

- (a) Finalidade da intimação.
- (b) Data, hora e local em que deve comparecer.
- (c) Identificação do intimado e nome do órgão ou entidade administrativa.
- (d) Indicação dos fatos e fundamentos legais pertinentes.
- (e) Informação da decadência do direito ao recurso administrativo no caso de não comparecimento.

QUESTÃO 48

Sobre o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto [Nº 1.171, de 22 de junho de 1994](#):

I- É dever fundamental do servidor público exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos.

II- É dever fundamental do servidor público manter limpo e em perfeita ordem o local de trabalho, seguindo os métodos mais adequados à sua organização e distribuição.

III- É vedado ao servidor público atender com presteza amigo ou parente até o 2º grau.

- (a) Apenas I está correto.
- (b) Apenas II está correto.
- (c) Apenas I e II estão corretas.
- (d) Todas estão corretas.
- (e) Nenhuma está correta.

QUESTÃO 49

Assinale a alternativa que estabelece corretamente a diferença entre ética e moral:

- (a) Ética é princípio; moral são aspectos de condutas específicas.
- (b) Ética é universal; moral é cultural.
- (c) Ética é regra; moral é conduta da regra.
- (d) Ética é teoria; moral é prática.
- (e) Ética se ocupa em atribuir um valor à ação; moral trata o comportamento humano como objeto de estudo.

QUESTÃO 50

Sobre a ética profissional, identifique a alternativa CORRETA.

- (a) A ética profissional refere-se ao caráter normativo e até jurídico, que regulamenta determinada profissão a partir de estatutos e códigos específicos.
- (b) A ética profissional independe da confiança que a população deposita no especialista.
- (c) A existência de um código de conduta ética decorre de uma exigência da classe de profissionais.
- (d) No estudo da ética profissional não há distinção entre profissão e ocupação.
- (e) Nenhuma das respostas anteriores está correta.